

AL NOTÍCIAS

10 anos



Impresso Especial
95142 7 2007 DP SC
Al FGC
... CORREIOS ...

Distribuição gratuita

Parlamento destaca trabalho social com 45 medalhas de mérito

Deputados entregam comendas para homenagear quem ajuda a construir uma sociedade mais justa



Alberto Neves

Personalidades e instituições foram condecoradas, dia 12, com medalhas de mérito em sessão solene realizada pela Assembleia Legislativa. O público lotou as galerias para prestigiar 45 pessoas e entidades que tiveram suas atividades reconhecidas pelo Parlamento. Por indicação dos parlamentares, foram entregues as medalhas Poder Legislativo, Antonieta de Barros, Parceria Comunitária – Assembleia Legislativa e Lions Clube Catarinense, Ambiental e Carl Franz Albert Hoepcke.

Páginas 6 e 7 Público prestigia cerimônia realizada pela Assembleia Legislativa em reconhecimento à atuação de pessoas e entidades que trabalham em benefício do estado

Sessões solenes homenageiam FCEE e Fundação Codesc

Eduardo Guedes de Oliveira



Alunos da Fundação Catarinense de Educação Especial fazem apresentação

Páginas 3 e 4



Malcolm Montgomery no Brasil em Debate dia 20

Página 8

Audiência pública cria Fórum Permanente da Ponte Hercílio Luz

Solon Soares



Com presença de parlamentares, reunião marca 82 anos da ponte

Página 5

OPINIÃO

Por uma campanha limpa

Estamos às vésperas de mais uma eleição municipal. O cidadão comum já espera por uma nem sempre desejável propaganda eleitoral gratuita de rádio e TV, pelas promessas infundáveis, pelos militantes pagos segurando tediosamente bandeiras nos canteiros centrais, pela sujeira visual das placas, por "santinhos" espalhados nas ruas, pela poluição sonora de estridentes carros de som.

O cidadão de regiões empobrecidas já sabe que virão as ofertas de dinheiro, cestas básicas, consultas médicas, receitas, carradas de barro, cimento, pequenas obras em troca do voto. Esse é o cenário das eleições que se repete. E é nas eleições que nasce a corrupção futura. É nas eleições que deságua o produto da corrupção passada.

Aos abusos cabe a fiscalização da Justiça e ao cidadão, a denúncia. No entanto, acredito que é possível aos atores da eleição

iniciar uma mudança nesse quadro. Minha proposta é que os candidatos que se apresentarem às eleições de Florianópolis e outras cidades celebrem um acordo de damas e cavalheiros abrindo mão de prerrogativas da legislação com vistas a promover eleições mais limpas, transparentes e baratas. Tal fato já começa a ganhar corpo na cidade de São Paulo.

Para tanto se faz necessário que os candidatos a prefeito e vereador não utilizem placas eleitorais e pinturas de muros, não promovam bandeiraços sobre canteiros e jardins públicos, não façam carreatas em dias de semana e nem utilizem carros de som pelas ruas das cidades, bem como, panfletagem em sinalizadas. Desta forma se evita situação de engarrafamentos e acidentes no trânsito, diminui a poluição visual e sonora além de baratear as campanhas.

A redemocratização fez com

que as campanhas no Brasil atingissem elevado grau de disputa. O que se propõe não é inibir a expressão livre dos candidatos, mas sim corrigir abusos, aumentar o grau de civilidade e diminuir o impacto de campanhas milionárias que são o germe da corrupção, o grande mal do país.

Com menos instrumentos invasivos aumenta a importância das propostas e do contato pessoal com o eleitor, enfim, cresce a participação. Com menos sujeira, a cidade agradece. Precisamos de mais debates frente a frente e menos peso do dinheiro.

Está lançada a idéia, que pode ser aperfeiçoada por outros partidos, que não tem titularidade pessoal. A campanha pode ser mais aberta, barata, limpa e civilizada, cabe aos participantes a grandeza de, em conjunto, caminhar nesta direção.

Deputado Cesar Souza Júnior (DEM)

Eleições políticas na Itália

Recentemente, os italianos residentes no exterior exercitaram o direito de escolha, através do voto direito e secreto, dos seus representantes no Parlamento. Interessante iniciativa da democracia italiana, que permite aos mais de 4 milhões de eleitores radicados fora do país também participarem da vida política.

Santa Catarina contou com um candidato neste pleito, o ítalo-brasileiro Itamar Benedet, que, condignamente, representou os cerca de 3 milhões de oriundi de nosso estado. O empresário criciunense alcançou a suplência do Senado, amealhando 8 mil votos, a maior parte em Santa Catarina.

Benedet é o presidente do Comitato delle Associazione Italiani Venete per lo Stato di Santa Catarina (Comvesc) e pertence à terceira geração dos italianos que fixaram raízes no Sul do Estado e deram origem a Criciúma e municípios

vizinhos. Participa de movimentos associativos desde a adolescência, e fundou escolas de italiano em Urussanga e em Criciúma. Além disso, foi um dos fundadores da Associação Ítalo-Brasileira de Tradição e Cultura de Criciúma, incentivador da fundação da Associação Trevisani no município e em Nova Veneza, Morro da Fumaça e Tubarão.

Em seu propósito de divulgar a cultura italiana no Brasil, manter vivos os laços desta gente e agregar os oriundi, lutando para que sejam reconhecidos com igualdade de direitos na Itália, o candidato ao Senado italiano aqueceu a contínua luta pelos direitos dos ítalo-brasileiros.

Ressalta-se nesta luta intensa a participação da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, através do Fórum Ítalo-Brasileiro, presidido pelo deputado Décio Góes. Em campanha ao Senado, Itamar Benedet contou

com o firme apoio do Legislativo catarinense, em especial dos deputados de origem italiana.

O Movimento Associativo Italiano do Exterior (MAIE), partido que se estrutura na América do Sul e em Santa Catarina a partir do processo eleitoral de abril de 2008, elegeu o deputado mais votado fora da Itália, o argentino Ricardo Merlo, que no próximo mês estará em Criciúma para uma conferência política.

Este artigo objetiva congratular os descendentes de italianos residentes em Santa Catarina e apresenta um relato sucinto da experiência democrática da Itália, que pode servir de exemplo para todas as nações que busquem fortalecer a cidadania, mesmo daqueles que estejam residindo fora dos limites geográficos do país.

Deputado Genésio Goulart (PMDB)

Congresso Nacional de Atualização em Gestão

Representantes da Expogestão, um dos maiores eventos empresariais do Brasil, estiveram na Assembleia Legislativa, no dia 14, para convidar todos os catarinenses ao congresso e feira que serão realizados em Joinville, entre os dias 17 e 20 de junho de 2008. Segundo Marconi Bartholi, organizador da Expogestão, os mais reconhecidos empresários se reunirão para discutir idéias, identificar tendências e trocar experiências sobre o mundo da gestão empresarial. "Em um ambiente preparado, líderes de diversos setores se reunirão para aprender lições valiosas e trocar experiências do mundo real dos negócios", afirmou.

No ano passado, o congresso recebeu mais de duas mil pessoas, entre personalidades do mundo corporativo, empresários, executivos e especialistas em inovação, comportamento, economia, negócios, relações internacionais e liderança. A

Expogestão reúne no mesmo evento, além do congresso, a Feira Nacional de Produtos e Serviços da Gestão, workshops e encontros temáticos. Desde 2003, o evento já reuniu 60 palestrantes e painelistas e teve a presença qualificada de mais de cinco mil lideranças de todo o país.



Marconi Bartholi, organizador

[AGENDA]

- **Dia 19, 9 horas** - Exposição "Mergulho no passado", do artista plástico João Maria Gomes da Silva
Local: Galeria de Arte Meyer Filho
- **Dia 19, 15 horas** - Ato Solene em homenagem aos trinta e cinco anos de Defesa Civil, a Semana Estadual de Defesa Civil e ao dia Estadual de Defesa Civil
Local: Auditório Antonieta de Barros
- **Dia 19, 19 horas** - Exposição do Memorial Cultural da Ocupação ao Desenvolvimento, do município de Braço do Norte
Local: Galeria de Arte Meyer Filho
- **Dia 20, 19 horas** - Sessão solene em homenagem ao Dia Estadual da Imigração Polonesa
Local: Plenário
- **Dia 20, 19 horas** - Programa O Brasil em Debate na Assembleia Legislativa, com o médico Malcolm Montgomery
Local: Auditório Antonieta de Barros

Mesa



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Presidente: Julio Garcia (DEM)
1º Vice-Presidente: Clésio Salvaro (PSDB)
2º Vice-Presidente: Ana Paula Lima (PT)
1º Secretário: Rogério Mendonça (PMDB)
2º Secretário: Valmir Comin (PP)
3º Secretário: Dagomar Carneiro (PDT)
4º Secretário: Antônio Aguiar (PMDB)

Assembleia na internet: <http://www.alesc.sc.gov.br>

Tiragem: 8 mil exemplares

Impressão: Diário Catarinense/Distribuição Gratuita

Diretoria de Comunicação Social

AL NOTÍCIAS

Diretora de Comunicação Social: Lúcia Helena Vieira
Coordenadora de Imprensa: Tayana Cardoso de Oliveira
Edição: Sandra Annuseck e Cleia Maria Branganholo
Diagramação e Artes: Rafael dos Santos e Paulo de Tarso

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de Santa Catarina
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

CRÍTICAS E SUGESTÕES

Fone: (48) 3221-2750 - Fax: (48) 3223-7021
imprensa@alesc.sc.gov.br

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Reportagens: Andreza Matos de Souza, Denise Arruda Bortolon, Evelise Nunes, Graziela May Pereira, Marise Ortiga Rosa, Rose Mary Paz Padilha, Rodrigo Viegas, Sandra Annuseck, Scheila Dziedzic, Suzana Couto Tancredo, Tatiani Magalhães e Verlaine Silveira

Edição de notícias do site: Andrea Leonora

Chefe da Fotografia: Eduardo Guedes de Oliveira

Fotógrafos: Alberto Neves, Carlos Kilian, Jonas Lemos Campos, Miriam Zomer e Solon Soares

Relações Institucionais: Edna Schumacker, Fabiana Faria, Jamile Machado, Janine Koneski de Abreu, Luciano de C. Oliveira, Maria do Carmo Kravchychyn e Stela Martins

Expedição: Celso João da Rocha, Marco Apolo de Freitas, Karina Azevedo das Neves, Mônica Meyer e Simone M. Alves

INSTITUCIONAL

Assembléia homenageia Fundação Catarinense de Educação Especial

FCEE tem cerca de 600 estudantes nos Centros de Atendimento Especializados e coordena a definição e implantação da política de educação especial

Scheila Dziedzic

O Parlamento homenageou em sessão solene, dia 14, a Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE), pelos seus 40 anos. Constituída em 1968, é uma instituição de caráter beneficente, instrutivo e científico, com a missão de fomentar, produzir e difundir o conhecimento científico e tecnológico referente à educação especial.

Representando o governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB), o professor Silvestre Heerdt, diretor geral da Secretaria de Estado da Educação, disse que Santa Catarina é pioneira nas atividades realizadas em atenção aos portadores de necessidades especiais. "As

leis existem, mas, na prática, poucas vezes são cumpridas. Temos que nos atentar àquelas que façam justiça, que superem os obstáculos de preconceito e tragam segurança e autonomia dos espaços, dos mobiliários, da estrutura para atender os que mais precisam de atenção", comentou.

Heerdt afirmou que o governo do Estado tem se empenhado para fazer de Santa Catarina um estado modelo na inclusão deste cidadão. "Uma das ações que se tornou bastante conhecida é a Lei das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APA-Es), também conhecida como Lei Julio Garcia, que destina 1% do Fundo Social para atender as Apaes", destacou.



Fotos: Eduardo Guedes de Oliveira

Em nome dos parlamentares, deputado Antônio Aguiar destacou importância da população especial no contexto de SC

Legislativo atento às causas sociais

O presidente da Assembléia Legislativa, deputado Julio Garcia (DEM), falou do orgulho de Santa Catarina ser um dos dois estados brasileiros que possuem uma Fundação de Educação Especial. "Santa Catarina é de fato um estado privilegiado. Na educação especial somos destaque com quase 200 Apaes e mais uma centena de instituições que trabalham com portadores de necessidades especiais".

Julio Garcia destacou ainda a importância da solidariedade humana, sem a qual ações como

estas não podem prosperar. "A solidariedade necessária vem das pessoas e estas podem ser personalizadas na figura dos voluntários", disse.

Acessibilidade

Para reforçar o compromisso social da Assembléia Legislativa, Julio Garcia anunciou que a Casa contará com uma consultoria especializada para identificar as necessidades que podem ser atendidas para maior acessibilidade a todas as pessoas.

A Assembléia foi a primeira instituição pública a assinar, em 2007, um compromisso com o Ministério Público para garantir o acesso adequado aos portadores de necessidade especial nas suas dependências.

O promotor Alexandre Herculano Abreu, da 30ª Promotoria de Justiça da Capital, comentou que, com a Constituição de 1988, a legislação veio dar uma atenção diferenciada à pessoa com deficiência, como cidadão de pleno direito.

Herculano destacou que, apesar do Legislativo estar instalado em um prédio antigo, o que limita as exigências legais a serem cumpridas para a acessibilidade das pessoas, a Casa está adequando o Palácio Barriga Verde com o que existe de mais moderno, indo além da sua obrigação. "Por isso quero fazer uma homenagem especial ao presidente deste Poder", comentou o promotor.

População especial

Em nome dos parlamentares com assento na Casa, o deputado Antônio Aguiar (PMDB) fez uma radiografia de Santa Catarina, que tem uma população aproximada de 5,5 milhões de habitantes, entre eles mais de 760 mil portadores de algum tipo de deficiência, conforme dados do IBGE e do Ministério da Educação. "Para se ter uma idéia da dimensão da população considerada especial, basta dizer que da faixa de zero aos 17 anos eles já são mais de 75 mil catarinenses e, entre os jovens de 18 a 24 anos, mais de 46 mil cidadãos."

Neste contexto, Aguiar destacou que ao longo de quatro décadas a FCEE se consolidou como um órgão coordenador e executor das políticas de educação especial.

A presidente da FCEE, Rosane Vailatti, destacou o privilégio de estar à frente da administração da entidade na passagem dos 40 anos de existência. Ela recebeu uma placa do Poder Legislativo em homenagem ao trabalho que vem sendo realizado frente à entidade. Apresentações de dança e banda animaram a platéia.



Presidente Julio Garcia entrega placa à presidente da FCEE e à aluna Renata

Saiba mais

A FCEE atende cerca de 600 estudantes nos Centros de Atendimento Especializados, além de firmar parcerias com instituições governamentais e não-governamentais, atendendo cerca de 17 mil educandos. Foi criada em 6 de maio de 1968, através da Lei nº 4.156, e regulamentada pelo Decreto nº 7.443, de 2 de dezembro do mesmo ano. É sediada em São José numa área de 52 mil metros quadrados.

Desenvolve ações relacionadas à proteção social, profissionalização, reabilitação e

academização, a partir do compartilhamento de responsabilidades com 177 instituições especializadas (APAEs) e entre as Secretarias da Educação, da Assistência Social, Trabalho e Habitação, da Saúde. Também conta com a participação das Secretarias de Desenvolvimento Regional.

Para a inclusão dos alunos na rede regular de ensino, a FCEE oferece suporte técnico assessorando os Serviços de Atendimento Especializados por área de deficiência ou de transtorno.

INSTITUCIONAL

Parlamento destaca 30 anos da Fundação Codesc de Seguridade Social

Entidade é um fundo de pensão de propriedade dos empregados do BESC, Bescor, Badesc, Codesc e Fusesc

Andreza de Souza

O Parlamento catarinense realizou, na noite do dia 13, sessão solene em homenagem aos 30 anos da Fundação Codesc de Seguridade Social (Fusesc), requerida e conduzida pelo deputado Jorginho Melo (PSDB). Fundada no ano de 1978, a entidade é um fundo de pensão de propriedade particular do conjunto dos empregados do Banco do Estado de Santa Catarina (BESC), Agência Catarinense de Fomento (Badesc), Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (Codesc), BESC Corretora de Seguros e Administração de Bens (Bescor) e da própria Fusesc.

Lembrada por todos pela transparência com que trata os recursos dos seus participantes ativos, a fundação tem como bandeira proporcionar tranquilidade àqueles que querem ter segurança com uma aposentadoria complementar.

Superação

Para Jorginho Melo, a homenagem se dá pelos 30 anos de trabalho e, sobretudo, pelo sucesso e superação das dificuldades enfrentadas. O parlamentar destacou ainda o compromisso da entidade em proporcionar aos contribuintes segurança, trans-

parência e honradez, considerando-a motivo de orgulho para Santa Catarina. "A Fusesc cuida bem, aplica e zela pelos recursos dos participantes", disse.

Um vídeo institucional mostrou o resumo das três décadas da fundação, número de participantes, valores arrecadados e, principalmente, da qualidade de vida proporcionada aos empregados das empresas chamadas patrocinadoras.

Waldemar Serafim, participante aposentado, recordou alguns momentos da história e sintetizou o momento. "Tenho orgulho de hoje estar aqui e ser participante da fundação desde a sua criação.

"Representando os homenageados, o presidente da Bescor, Alfeu Luiz Abreu, agradeceu a homenagem recebida do Parlamento catarinense e, destacando a importância do fundo de pensão, reconheceu o trabalho e a dedicação dos criadores da entidade, os desafios e as dificuldades enfrentadas. "Há 30 anos o patrimônio da Fusesc era zero, hoje é de 1,5 bilhão".

Segundo o diretor-superintendente José Manoel de Oliveira, a Fusesc contribui para o bem-estar dos catarinenses e trabalha com afinco para garantir qualidade aos contribuintes do fundo.



Requerida e comandada pelo deputado Jorginho Melo, cerimônia destacou a trajetória de vitórias da Fusesc

Diretores e ex-diretores homenageados

- José Manoel de Oliveira
- Vânio Boing, representado por José Luiz Dias
- Ênore Crippa, representado por Ernesto Montibeler Filho
- Antonio Sérgio Gouveia
- Alfeu Luiz Abreu
- Jatyr Ribeiro Borges
- Bruno José Bleil
- Aroldo Benjamin Ouriques Filho
- Mauro Tubias Benedet
- Nilza Fernandes
- Carlos Roberto da Rosa, representado por Heloísa Helena de Carvalho Kuerten
- Ivan Luiz de Mattos (in memoriam), representado por Ivan Luiz de Mattos Filho e Conceição Mattos
- Francisco de Assis (in memoriam), representado por Cecile Muniz da Motta

Santa Catarina comemora 69ª Semana Brasileira de Enfermagem

Cerca de um milhão de profissionais estão comemorando a 69ª Semana Brasileira de Enfermagem cuja solenidade de abertura foi realizada, dia 12, no auditório

Antonieta de Barros da Casa Legislativa.

Em todo o país, entre os dias 12 e 20 de maio acontece a Semana Brasileira de Enfermagem,

Alberto Neves



Estudantes vestem uniformes de enfermeira de diferentes épocas

instituída em 1938 por decreto presidencial de Getúlio Vargas. Promovida pela Associação Brasileira de Enfermagem – nacional, seccionais e regionais –, em 2008 a semana tem como tema central "Saúde, Poder e Cidadania".

No período, estão sendo realizadas conferências, simpósios, oficinas, exposições, atividades comunitárias, entre outras ações, direcionadas aos profissionais e estudantes de enfermagem, além de outros trabalhadores da saúde e segmentos interessados.

Segundo a deputada e enfermeira Ana Paula Lima (PT), o evento tem objetivo de refletir sobre a participação da categoria no Sistema Único de Saúde (SUS). "Sem a enfermagem o sistema não sobreviveria. Nós podemos comemorar essa vitória." A parlamentar

ainda falou sobre as reivindicações da categoria para o ano. "Não podemos esquecer que já ganhamos muito, mas ainda faltam a jornada diária de seis horas, o piso salarial e a melhoria de condições de trabalho", completou.

Diferença

A presidente da Associação Brasileira de Enfermagem (Aben), Helga Regina Bressian, afirmou que o setor tem buscado seu lugar no sistema público de saúde e continua preparando-se para a perfeição. "Ainda temos muito a conquistar, mas é glorioso saber que quando o grupo trabalha junto, todos ganham e aprendem."

O tema "Saúde, Poder e Cidadania" foi apresentado pela presidente nacional da Aben, Maria

Gorete Lopes, que refletiu sobre questões como a participação nos espaços governamentais e não-governamentais durante os 20 anos de construção do SUS.

"Queremos continuar fazendo a diferença na equipe de saúde e por isso temos que lutar pelo nosso espaço", falou. A garantia dos direitos civis ligados à liberdade de expressão, de consciência, de movimento, de votar e ser votado, de se reunir e se associar também foram mencionados durante o evento que contou com a participação de estudantes de enfermagem de todas as faculdades e cursos técnicos da Grande Florianópolis. Alunas da Faculdade Estácio de Sá vestindo diferentes modelos de uniformes representaram as enfermeiras de todas as épocas.

INSTITUCIONAL

Audiência pública define fórum nos 82 anos da ponte Hercílio Luz

Grupo vai debater recuperação, projeto e uso do cartão-postal dos catarinenses, que completou 82 anos dia 13 de maio

Verlaine da Silveira

A Ponte Hercílio Luz, que completou 82 anos no dia 13, tem a partir de agora um fórum amplo e permanente para debater todos os projetos e idéias relativos a sua recuperação. Ele foi criado na audiência pública realizada dia 14 por iniciativa do deputado Professor Sérgio Grando (PPS).

Poderão participar do fórum todas as pessoas e entidades interessadas em debater sua recuperação, projetos e uso. As reuniões serão realizadas em vários locais – universidades, entidades de classe como o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA). Professor Grando esclareceu que a decisão se deve ao envolvimento de inúmeros setores da sociedade catarinense na questão.

Na reunião, o presidente do Departamento Estadual de Infraestrutura (Deinfra), Romualdo

França Júnior, explicou a segunda fase das obras de recuperação da ponte – a primeira etapa está 90% concluída – e destacou a implantação de um metrô de superfície ligando a Ilha ao Continente através da Hercílio Luz. Há estudo para a implantação de um metrô que se movimenta com energia limpa – energia elétrica, por exemplo.

Para Romualdo, a melhor solução será a que revitalizar os espaços nobres e reduzir a quantidade do transporte individual.

“Queremos alternativas que dêem mais qualidade ao transporte de pessoas, respeito ao meio ambiente e que consigam integrar os modais ônibus e transporte marítimo. Uma sugestão, apresentada pelo Professor Grando quando esteve à frente da administração municipal. Participaram os deputados César Souza Júnior (DEM), José Natal Pereira (PSDB) e Dirceu Dresch (PT).



Requerida pelo deputado Professor Sérgio Grando, reunião fez diagnóstico da recuperação da ponte

Patrimônio da União sugere projetos que valorizem os cidadãos

Diversos setores da sociedade estiveram representados na audiência pública sobre a ponte, entre eles o Patrimônio da União. A professora Isolda Espíndola, gerente do PU em Santa Catarina, disse que é preciso repensar a ponte, não aterrar mais áreas e evitar projetos que possibilitem a especulação imobiliária em detrimento das pessoas e do patrimônio.

“Nunca esta cidade foi pensada como um todo”, analisa. “As ruas são curtas e estreitas e, apesar disso, construíram prédios que só

têm conformidade com avenidas. Nossa cidade virou um paliteiro e percebemos isso claramente quando a avistamos do alto do Morro da Cruz. Precisamos rever o Plano Diretor da cidade.”

A professora questionou que, se o entorno da ponte Hercílio Luz estava tombado nas esferas municipal, estadual e federal, “como é que deixaram ser construídos aqueles dois edifícios junto à cabeceira continental?” Para ela, também é necessário encontrar com urgência uma solução para

as submoradias existentes junto às cabeceiras.

Isolda lembrou que o Patrimônio da União tem o compromisso de preservar a orla brasileira e não pretende deixar que ocorram mais aterros em Florianópolis, que já teve sua área acrescida várias vezes em detrimento do mar. “O mesmo aconteceu em São José, com a beira-mar, e não se viu a utilidade maior que era proposta. E a Beira-mar Continental servirá para quê? Até agora só serviu para valorizar o mercado imobiliário.”

Entidades defendem uso cultural e turístico da obra

Na reunião, foram defendidos projetos com a finalidade de garantir o uso do monumento com retorno financeiro em benefício da própria Ponte Hercílio Luz.

A Associação Brasileira de Ecoturismo e Turismo de Aventura (Abeta/SC) apresentou um vídeo durante a audiência pública, sugerindo que, depois de concluídas as obras e a exemplo de países europeus, seja implantado proje-

to de uso turístico da ponte, com escaladas, visita monitorada, caminhadas, técnicas verticais e canoagem em conjunto com o Parque da Luz.

O Parque também esteve representado pelo conselheiro-geral da Associação dos Amigos do Parque da Luz (AAPLuz), Lúcio Dias da Silva Filho. A idéia da entidade é transformar a área num corredor cultural e turístico.

Recuperação da ponte

Primeira etapa

Empresa: Consórcio Roca Tec
Investimento: R\$ 20,98 milhões do Fundo Social

Trabalhos: 90% concluídos

Tempo: 806 dias de trabalho

Horas: 486 mil horas trabalhadas

Rebites usados: 70 toneladas

Madeira usada: 1.187 m3

Sucata: 140 toneladas retiradas

Reunião denuncia deficiência de Conselhos Tutelares

Graziela May Pereira

A atual situação dos conselhos tutelares foi o principal tema da audiência pública realizada dia 15 para discutir a infância e adolescência no estado. Requerida pelas deputadas Ana Paula Lima (PT) e Odete de Jesus (PRB), através da Comissão de Legislação Participativa, a reunião atraiu 200 pessoas.

Foram destacadas questões como irregularidades no funcionamento, deficiência na estrutura e conselheiros tutelares com remuneração inferior a um salário mínimo. Segundo o presidente da Associação Catarinense de Conselheiros Tutelares (ACCT), Paulo Vendelino Kons, no Oeste os conselheiros recebem em torno de R\$ 80 a R\$ 100. “Isso é um desrespeito à Constituição por ser um valor inferior ao salário mínimo.”

A deputada Odete de Jesus pediu medidas urgentes. “Os municípios precisam olhar mais por esses trabalhadores e dar condições dignas para

eles trabalharem. Não é possível receber R\$ 80 por mês. Nem uma faxineira que trabalha por dia recebe isso”, disse.

Segundo a deputada Ada de Luca, nestes 18 anos de Estatuto da Criança e Adolescente pouco foi feito. “Nós temos uma das melhores leis que atendem as crianças no país. É impressionante o quão pouco evoluímos.”

Em resposta às solicitações feitas pelos Conselheiros Tutelares, o representante do Ministério Público, promotor da Infância Marcelo Gomes da Silva, garantiu que as prefeituras terão que melhorar a estrutura dos CTs. O MP vai trabalhar em três frentes: primeiro, as prefeituras irão receber recomendação de adequar os conselhos. “Se isso não acontecer, as prefeituras irão responder um inquérito civil com um ajustamento de conduta. Por fim, se não obtivermos resultados, partiremos para uma ação civil pública porque R\$ 80 não é salário, é Bolsa Conselho.”

ESPECIAL

Medalha do Mérito Ambiental do Legislativo Catarinense

Concedida a pessoas, empresas e instituições que desenvolvam ações de destaque em defesa do meio ambiente.

- Udo Döhler, representado por Celso Döhler - deputado Darci de Matos (DEM)
- Associação Viane de Cooperação e Intercâmbio no Trabalho, Educação, Cultura e Saúde - Centro Viane de Educação Popular - deputado Dirceu Dresch (PT)
- Telmo Pedro Vieira - deputado José Natal (PSDB)
- Universidade Comunitária Regional de Chapecó (UnoChapecó), representada por Odilon Luiz Poli - deputado Padre Pedro Baldissera (PT)
- André Freyesleben Ferreira - deputado Professor Sérgio Grando (PPS)
- Magno Bollmann - deputado Sílvio Dreveck (PP)



Medalha de Mérito Antonieta de Barros

Tem o objetivo de homenagear pessoas físicas e jurídicas que realizaram relevantes trabalhos ou destacaram-se na defesa dos direitos da mulher.

- Zulcema Póvoas Carneiro - deputado Altair Guidi (PPS)
- Vivian Kreutzfeld Bertoldi - deputada Ana Paula Lima (PT)
- Clube Soroptimista de Brusque - deputado Dagomar Carneiro (PDT)



Medalha de Mérito Parceria Comunitária - Assembléia Legislativa e Lions Clube

Concedida às personalidades ou empresas que tenham prestado serviços comunitários voluntários relevantes na sociedade catarinense ou fora de Santa Catarina.

- Irmã Libera Mezzari - deputado Clésio Salvaro (PSDB)
- Odila Fernandes - deputado Edson Piriquito (PMDB)
- Frank Mathias Otto Graf - deputado Gilmar Knaesel (PSDB)
- Associação das Voluntárias pela Infância Saudável (Avisa) - deputado Jandir Bellini (PP)
- Sociedade Musical Nossa Senhora da Lapa, representada por Paulo Antônio Günther - deputado Marcos Vieira (PSDB)
- Ida Ormeneze Günther (in memoriam), representada pelos filhos Maria Madalena e Paulo Antônio Günther - deputado Moacir Sopelsa (PMDB)
- José Gomes Santana - deputado Nilson Gonçalves (PSDB)
- Associação Catarinense do Ministério Público (ACMP), representada por Rui Carlos Kolb Schiefeler - deputada Odete de Jesus (PRB)



Personalidades e instituições homenageadas com entrega de 45 medalhas de mérito

Comendas Poder Legislativo, Antonieta de Barros, Parceria Comunitária, Ambiental e Carl Franz Albert Hoepcke foram indicadas por parlamentares

Rodrigo Viegas

Com suas galerias lotadas e na presença de inúmeras autoridades e representantes da sociedade, a Assembléia Legislativa outorgou, dia 12, medalhas de mérito a 45 personalidades e instituições que tiveram suas atividades reconhecidas pelo Parlamento. Por indicação dos parlamentares, foram entregues as medalhas de mérito Poder Legislativo, Antonieta de Barros, Parceria Comunitária - Assembléia Legislativa e Lions Clube Catarinense, Ambiental e Carl Franz Albert Hoepcke.

A sessão solene teve início com a interpretação do Hino Nacional pelo barítono Giovane Pacheco. Em seguida, foi concedida a palavra ao líder do governo na Casa, Herneus de Nadal (PMDB), e ao líder do Partido Progressista e representante das bancadas com assento no Legislativo, Sílvio Dreveck (PP).

Nadal refletiu sobre os problemas e desafios do mundo atual e a necessidade da superação pela força do trabalho e da ética. "Estabelecer condutas que mantenham a ampla visão das necessidades da sociedade é passo fundamental para vencermos os desafios provenientes das desigualdades sociais. Aqui, na Assembléia Legislativa, convergem diversas necessidades dos mais diferentes setores da

sociedade que norteiam a nossa atividade. Nesta oportunidade, o Parlamento se reúne para reverenciar quem se dedica a transformar e construir uma Santa Catarina ainda melhor".

Já o líder progressista destacou a legitimidade da Assembléia como representante do povo para outorgar medalhas de mérito aos que se sobressaem em diferentes áreas.

"Em consonância com as comunidades que representam, os parlamentares indicam e materializam esta homenagem." Dreveck também elogiou a "condução ímpar" do presidente da Casa, deputado Julio Garcia (DEM), e sua capacidade para dar voz às diferentes bancadas que têm representatividade no Poder Legislativo.

Após a nominata dos 45 homenageados, fez uso da palavra, como representante dos agraciados, o reitor da Universidade Comunitária Regional de Chapecó (UnoChapecó), Odilon Luiz Poli. Ele agradeceu a oportunidade de representar um rol tão grande de pessoas e instituições que trabalham por Santa Catarina. "Tenho convicção de que este gesto do Parlamento, de inequívoco valor educativo, coloca em destaque as ações altruístas e estimula o desenvolvimento ético do nosso Estado."



Banda do Ribeirão da Ilha também anima a solenidade



Público lota as galerias do Plenário Osni Régis para acompanhar sessão solene em que Parlamento reconheceu com outorgas lideranças e entidades



Líder do governo, deputado Herneus de Nadal, explica que homenagem é uma reverência a quem a ajuda a construir uma Santa Catarina melhor

Medalha de Mérito Poder Legislativo Catarinense

Homenagem prestada aos profissionais e entidades que alcançam notoriedade nas diversas áreas de atuação.

- Antônio Milioli Filho - deputada Ada De Luca (PMDB)
- Kátia Maria da Conceição Araújo - deputado Décio Góes (PT)
- Odacir Zonta - deputado Flavio Ragagnin (PP)
- Vera Maria Gambatto Almeida - deputado Gelson Merísio (DEM)
- Gilson da Silva - deputado Genésio Goulart (PMDB)
- Hospital Unimed Chapecó - Herneus de Nadal (PMDB)
- Erly Popoaski - deputado Joares Ponticelli (PP)
- José Dadia - deputado Julio Garcia (DEM)
- Osni Carlos Verona - deputado Narcizo Parisotto (PTB)
- Altino Lemos de Farias - deputado Onofre Agostini (DEM)
- Avito Darci Corrêa - deputado Pedro Uczai (PT)
- Neri Flávio Dias - deputado Reno Caramori (PP)
- José de Assis Filho (in memoriam), representado por Adriano José Assis - deputado Sargento Amauri Soares (PDT)
- Amarildo da Silva - deputado Serafim Venzon (PSDB)



Medalha de Mérito Carl Franz Albert Hoepcke

Reconhece aqueles que realizaram relevantes trabalhos na área empresarial, educacional, ambiental, econômica, social ou que tenham contribuído por outros meios e de modo eficaz para o desenvolvimento de Santa Catarina e dos cidadãos catarinenses.

- Paschoalino Buonaccorso Júnior - deputado Antônio Aguiar (PMDB)
- José Arthur D'Acâmpora (in memoriam), representado por Lélia D'Acâmpora - deputado Cesar Souza Junior (DEM)
- Joci José Martins (in memoriam), representado por Neide Martins - deputado Edison Andriano (PMDB)
- Fumio Hiragami - deputado Elizeu Mattos (PMDB)
- Associação de Preservação do Meio Ambiente do Alto Vale do Itajaí (Apremavi) - deputado Jailson Lima (PT)
- Alcântaro Corrêa - deputado Jean Kuhlmann (DEM)
- Fundação Codesc de Seguridade Social (Fusesc) - deputado Jorginho Mello (PSDB)
- Luiz Tarquínio Sardinha Ferro - deputado Kennedy Nunes (PP)
- Adelino Zilli - deputado Manoel Mota (PMDB)
- Dagnor Roberto Schneider - deputado Renato Hinnig (PMDB)
- Horst Bremer - deputado Rogério Mendonça - Pe-ninha (PMDB)
- Ademir Paulo Beber - deputado Romildo Titon (PMDB)
- Grupo Angeloni, representado por Roberto Angeloni - deputado Ronaldo Benedet (PMDB)
- José Castelo Deschamps - deputado Valmir Comin (PP)



INSTITUCIONAL

Malcolm Montgomery discute comportamento e sexualidade

Médico é o convidado do próximo programa O Brasil em Debate na Assembléia Legislativa

Evelise Nunes

Motivação, qualidade de vida e conhecimento pessoal serão alguns ingredientes do décimo encontro do programa O Brasil em Debate na Assembléia Legislativa. O convidado é o médico Malcolm Montgomery, que estará dia 20, a partir das 19 horas, no Auditório Antonieta de Barros.

Com o tema "Civilizações, Cultura, Religiões e Sexualidade", o ginecologista e obstetra mais conhecido do país irá falar sobre comportamento humano, sexualidade e sociedade. O palestrante irá relacionar a história da civilização com os medos, preconceitos e tabus atuais. "A medicina deve atuar nas áreas da psicanálise e comportamental, aceitando uma nova abordagem que, na Europa, refere-se ao psicossomático: diagnosticar considerando situações que também exercem influência no organismo, como a cultura, história, religião, situação econômica, ligações amorosas e

educação", explica.

O Brasil em Debate é realizado pelo Parlamento uma vez por mês trazendo personalidades de destaque nacional para debater temas atuais e relevantes do cenário brasileiro. As palestras são gratuitas, as vagas limitadas e o programa conta com apoio da Associação Catarinense de Imprensa e o Sindicato dos Jornalistas de Santa Catarina.

Qualidade de vida

Malcolm Montgomery se formou em 1977 pela Faculdade de Medicina de Jundiaí, fazendo residência na Maternidade São Paulo nos dois anos seguintes. Foi ginecologista do Hospital Israelita Albert Einstein e intitulado especialista em ginecologia e obstetrícia pela Febrasgo (Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia).

É membro efetivo da International Society of Psychosomatic in Obstetric na Gynecology (Ispog),

fez sua formação no Instituto de Psicossomática de São Paulo pela Associação Brasileira de Psicossomática.

No período de 1980 a 2002, foi professor do Departamento de Ginecologia e Obstetrícia da Faculdade de Medicina do ABC-São Paulo e da Faculdade de Psicologia da Unip. Presidiu a Comissão Nacional especializada em Psicossomática da Febrasgo, onde coordenou cursos e conferências em todo o Brasil.

Coordena o Programa Comunitário em Saúde Sexual e Reprodutiva da Mulher pela Sociedade Brasileira de Reprodução Humana (SBRASH). Também é membro do Conselho Científico e Editorial das revistas especializadas Femina (Febrasgo), Reprodução e Climatério (SBRH e Sobrac), Gina (Hospital Mater Dei – BH) e Revista Brasileira de Sexualidade (SBRASH) e consultor de várias revistas femininas. Na TV, foi entrevistador do programa Saúde, da TV Cultura de São Paulo.



Divulgação

Com currículo invejável, Montgomery tem diversas obras publicadas

Montgomery é ainda autor de diversas publicações na área de ginecologia, obstetrícia, reprodução e sexualidade humana além dos livros "O Novo Pai"; "Toques Ginecológicos"; "Dezamores";

"A Flor da Pele"; "Mulher e seus Hormônios", "Enfim em Paz". Seu livro "Mulher" foi transformado em seriado na Rede Globo em 1998 e 1999, onde foi consultor e supervisor.

Parlamento Jovem aprova cinco projetos de deputados-estudantes

Denise Arruda Bortolon

Os cinco projetos apresentados pelos partidos fictícios da 6ª Edição do Parlamento Jovem foram aprovados, dia 15, na sessão plenária realizada pelos estudantes. As matérias deverão ser encaminhadas à

Comissão de Legislação Participativa da Assembléia Legislativa.

O Parlamento Jovem é um dos programas instituídos pela Escola do Legislativo e tem como objetivo conceder aos deputados-estudantes a oportunidade de vivenciar situações reais da ativi-

Carlos Kilian



Parlamento Jovem permite aos alunos vivenciar situações reais

dade político-parlamentar. Entre elas a elaboração, a apresentação e a votação de projetos de lei, bem como os trâmites para a composição da Mesa.

Assim como na edição anterior, os alunos apresentaram projetos de lei voltados para a educação. O Projeto de Lei nº 01/08, do Partido do Oeste Catarinense (POC), pretende criar a Semana Pedagógica com trabalhos e temas voltados à saúde pública e ao meio ambiente. A intenção é unir a sociedade com as escolas públicas durante uma semana, com a realização de palestras e oficinas, seguidas de mutirões, para discutir e analisar questões referentes a problemas causados pela degradação ambiental, com ênfase na saúde pública.

Outro projeto aprovado foi o de número 02/08, do Partido Jovem em Ação (PJA), que institui o dia 21 de agosto como o Dia Estadual de Combate às Drogas nas Escolas, esclarecendo dúvidas freqüentes dos alunos.

Matérias defendem ações para inclusão social e esportiva

Outra proposta dos estudantes é incluir o atendimento psicológico e assistente social nas escolas da rede pública estadual. Esta é a intenção do Projeto de Lei nº 03/08, do Partido dos Campos de Altitude (PCA). Problemas como a desestruturação familiar, emocionais e as diversidades serviram de base para a elaboração desta matéria. O PCA justificou a proposta citando a existência de alunos com diferentes credos religiosos ou com opções sexuais diferenciadas que podem ser ajudados por esses profissionais em sua inclusão social e até mesmo na aceitação da sua condição.

Os deputados do Partido da Consciência Jovem (PCJ) visam à obrigatoriedade do professor da rede de ensino público passar por qualificação e preparação anual, através do Projeto de Lei nº 04/08. O objetivo é melhorar a preparação dos professores, proporcionando aos alunos uma educação com mais qualidade, preparando cidadãos ao mercado de trabalho.

Os alunos do Partido Estudantil Catarinense (PEC) propuseram o

estímulo ao esporte como prática de atendimento aos jovens de comunidades carentes do estado no Projeto de Lei nº 05/08. O PL quer preencher o tempo ocioso dos jovens que ainda não ingressaram no mercado de trabalho e proporcionar o hábito saudável da atividade física.

A Mesa teve como presidente a deputada Luciana Cristina Miranda (PCJ), 1ª vice-presidente a deputada Gabriela Campigotto (POC), 2ª vice-presidente a deputada Franciela Lima (PEC), primeira e segunda secretárias Bianca de Andrade (PCA) e Pâmela Larissa de Souza (PJA), respectivamente.

Participaram do Parlamento Jovem alunos das escolas:

- Escola de Educação Básica Gomes Carneiro (POC), de Xaxim;
- Colégio Cenecista Nossa Senhora de Fátima (PJA), de Taió;
- Escola de Educação Básica São José (PCA), São Joaquim;
- Escola de Educação Básica Alvino Tribess (PCJ), Jaraguá do Sul;
- Escola de Educação Básica João Frassetto (PEC), de Criciúma.

Audiências vão debater reforma tributária

Encontros serão realizados em Lages, Florianópolis, Criciúma, Chapecó e Blumenau

Scheila Dziedzic

A Assembléia Legislativa vai participar do debate e acompanhar a Proposta de Emenda Constitucional 233/08, que altera o Sistema Tributário Nacional e está em tramitação na Câmara dos Deputados. Para isso, foi instituída uma subcomissão na Comissão de Finanças e Tributação com o intuito de realizar seis audiências públicas nas principais cidades catarinenses. Já estão definidos encontros em Lages, Florianópolis, Criciúma, Chapecó e possivelmente Blumenau.

O deputado Silvio Dreveck,

líder do PP, pediu que fossem realizadas audiências também em Joinville e Mafra. Participam desta subcomissão os deputados Renato Hinnig (PMDB), Odete de Jesus (PRB) e Décio Góes (PT), além de Silvio Dreveck.

A intenção é provocar a discussão entre os empresários, industriais, setor de serviços e entidades representativas para traçar um perfil da realidade tributária e as condições que devem ser observadas, na proposta em tramitação no Congresso Nacional, para que Santa Catarina não tenha perdas em relação aos tributos, observada sua realidade econômica.

Hinnig disse que, com a alteração do Sistema Tributário Nacional, "o principal imposto do estado será federalizado e a União ficará com 93,2% de toda a arrecadação." Tratando o assunto como "oportuno e indispensável", Dreveck observou que Santa Catarina está perdendo vários negócios pela guerra fiscal que existe atualmente entre os estados. Lembrou que a alíquota de ICMS em Santa Catarina é de 17%, enquanto que nos estados vizinhos do Rio Grande Sul e Paraná é de 12%, criando dificuldade de competitividade para o setor produtivo catarinense.



Fotos: Alberto Neves

Finanças criou subcomissão para tratar da proposta federal

Agricultores familiares temem reflexos da crise mundial de alimentos

A crise mundial de alimentos repercutiu, dia 13, na Comissão de Agricultura e Política Rural, em reunião pedida pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetra-Sul). Para explicar a crise atual, especialistas, no entanto, não elegem um "vilão" específico. Segundo eles, muitos fatores culminaram na inflação agravada desde o começo do ano.

A Fetra-Sul propôs políticas públicas para que o pequeno produtor rural não seja atingido pela crise. O representante da Fetra-Sul, Daniel Corte, vê como necessários investimentos federais no setor. Uma das propostas está na criação de

um Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para a agricultura familiar. Ele acredita que com ações pontuais de estímulo ao crescimento e fortalecimento do pequeno produtor possam fazer frente às condições que vêm criando esta crise mundial. Um documento, com as reivindicações e preocupações do setor, será remetido às autoridades competentes nas esferas estadual e federal.

Daniel Corte apontou para um conjunto de condições que podem fazer a crise respingar no Brasil. Segundo ele, pode se relacionar o monopólio de uma multinacional que controla cerca de 80% do mercado de in-

sumos agrícolas, além da alta do petróleo e seus reflexos sobre os preços em geral.

Especialistas explicam que o preço do petróleo apresenta uma relação direta com os alimentos, influenciando nos centros de produção e distribuição. Com a agricultura bastante industrializada são demandadas grandes quantidades do produto, para uso em maquinário, tratores, fertilizantes, transporte, até o produto chegar ao consumidor.

Para o Programa Mundial de Alimentos (PMA) das Nações Unidas, a falta de alimentos ameaça como um "tsunami silencioso", e pode afundar na fome 100 milhões de pessoas.

Deputado defende garantia ao abastecimento interno

Os participantes da reunião defenderam maior preocupação com as questões de soberania e segurança alimentar. O deputado Dirceu Dresch (PT), que solicitou a audiência, entende que esses temas estão relacionados a uma garantia de atendimento à demanda do mercado interno e utilização da produção prioritariamente como alimento.

Santa Catarina, tendo como característica o modelo de grande produtor de alimentos através das pequenas propriedades rurais, tende a sentir de imediato este reflexo, entendem os especialistas. O superintendente regional da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), Sione Lauro de Souza, explicou

que no estado o problema está na falta de estrutura de armazenamento. A Conab tem recursos para a compra de grãos, mas não possui estrutura para guardá-los, uma vez que o único silo existente está de Herval do Oeste, construído em 1957.

Souza acredita que, para regular o preço para o consumidor, o estado deveria ter uma estrutura para a armazenagem de 100 mil toneladas. Os encaminhamentos a serem feitos através da comissão, além da sugestão de um PAC para a agricultura, voltam-se para investimento em infra-estrutura e política agrícolas que estabeleçam condições como preços mínimos reguladores.



Projeto foi analisado e aprovado na Comissão de Constituição e Justiça

Sistema prisional terá recursos de ações das telecomunicações

O governo do Estado, suas autarquias, fundações e empresas públicas, ativas ou extintas, estão autorizadas a alienar as ações de empresas de telecomunicações das quais seja acionista minoritário. A medida visa angariar recursos para obras de melhoria e expansão de vagas no sistema prisional.

O Projeto de Lei nº 92/08, aprovado dia 13 na Comissão de Constituição e Justiça e no dia 14 na Comissão de Finanças e em Plenário, respeitadas normas das leis federais e suas alterações posteriores, deter-

mina que as entidades que tiverem ações da Telebrás deverão transferi-las à Secretaria de Estado de Fazenda para que sejam ofertadas na Bolsa de Valores.

A venda de ações poderá ser estendida ao Legislativo e Judiciário, ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas que, a seu critério, também poderá adotar a medida prevista para o Executivo, revertendo para o respectivo órgão ou Poder o produto da venda das ações.

Na Comissão de Finanças e Tributação, o líder do Democratas,

deputado Gelson Merísio, disse que em um primeiro momento a previsão é arrecadar R\$ 6,7 milhões. Ele explica que, em entendimento com o governo, a totalidade dos recursos será aplicada no sistema prisional, com atenção prioritária para os presídios de Chapecó, com investimento elevado, e a conclusão do presídio de Criciúma. "São precisos R\$ 50 milhões para abrir as vagas necessárias. Estes R\$ 6,7 milhões são parte do esforço que o governo vai fazer e criar condições no sistema prisional", afirmou.

APROVADOS

Instituído o Dia do DeMolay

Durante sessão ordinária do dia 14, o Legislativo aprovou o Projeto de Lei nº 65/08, do deputado Jorginho Melo (PSDB), que institui o dia 18 de março como o "Dia do DeMolay". Com a justificativa de que a Ordem DeMolay abre suas portas para jovens homens com idades entre 12 e 21 anos, desenvolvendo a consciência cívica, a responsabilidade pessoal e habilidades de liderança, tão necessárias hoje à sociedade, a matéria recebeu o aval dos parlamentares. Segundo o autor, a organização promove melhor qualidade de vida na sociedade.



Jorginho: portas abertas

Projeto dá título de Cidadão Honorário

De autoria do deputado Marcos Vieira (PSDB), aprovado também o Projeto de Lei nº 97/08, que concede o Título de Cidadão Honorário ao desembargador Francisco José Rodrigues de Oliveira Filho, presidente do Tribunal de Justiça do Estado. O autor justifica a iniciativa por considerar o histórico e a contribuição em favor de Santa Catarina pelo magistrado, que já ocupou inúmeros cargos no sistema judiciário do Estado e vários Grupos de Câmaras de Direito Público.



Vieira: contribuição

Plenário aprecia pacote de vetos governamentais

Deputados mantêm 10 e rejeitam três, entre eles o que tratava do SuperSimples

Rodrigo Viegas

Treze mensagens de veto encaminhadas pelo Executivo foram apreciadas nas três sessões ordinárias realizadas nos dias 13 e 14. Dez dos vetos foram mantidos e três rejeitados.

A primeira rejeição foi sobre o Supersimples. A matéria, que tinha origem no Executivo, recebeu tantas emendas que a bancada de apoio ao governo resolveu barrá-la. O deputado Kennedy Nunes (PP) taxou de equívoco vetar todo o projeto e suas maiores críticas miraram no fato de, com isso, acabar tirando crédito do ICMS das empresas que o possuem. "O governador firmou compromisso com os prestadores de serviço e agora trabalha de forma contrária", disse o progressista. O deputado Dirceu Dresch (PT), em nome de sua bancada, defendeu o veto, já que inúmeras emendas desfiguraram a matéria.

Outra mensagem rejeitada foi o veto ao Projeto de Lei (PL) nº 190/07, do deputado Nilson Gonçalves (PSDB) e que beneficia pessoas inscritas em cadastros de devedores. O autor fez apelo para conceder este direito para que os mesmos tenham condições de reverter suas pendências.

"A forma mais razoável para se melhorar de condição é ter chance de ingressar no mercado de trabalho. Caso contrário fica ainda mais difícil a situação", alegou o parlamentar tucano. Ele comemorou a rejeição da mensagem, bem como o apoio explicitado ao projeto pela deputada Odete de Jesus (PRB) e os deputados Pedro Uczai (PT) e Kennedy Nunes.

Coube também ao deputado Narcizo Parisotto (PTB) a vitória e a manutenção do PL nº 176/07, que proíbe a cobrança antecipada de taxa para o cadastramento de currículos.

Parisotto defendeu sua proposta: "A cobrança de taxa antecipada é um peso para quem já está sem emprego e nada mais justo do que este pagamento só acontecer após a conquista de uma ocupação". O petebista recebeu apoio dos deputados Kennedy Nunes (PP) e Pedro Uczai (PT) e da deputada Odete de Jesus (PRB).



Semana foi marcada por intenso debate em relação às mensagens de veto recebidas do Executivo

Polêmica e discussão nas mensagens confirmadas

Dos vetos mantidos, o que gerou maior polêmica foi o que tentava instituir o Programa Estadual de Incentivo à Adoção. O autor, Kennedy Nunes, propôs uma tentativa de facilitar as adoções no estado. "É a chance de desburocratizarmos o processo que atrapalha quem pretende adotar uma criança", justificou. Apesar do placar apertado, 19 votos a 18, a mensagem de veto foi mantida.

O veto ao PL nº 184/07, do deputado Cesar Souza Júnior (DEM), que trata do bloqueio de telefones celulares, não encontrou obstáculos nem em seu autor. Como a Anatel já encaminhou regras a todo território nacional, Souza comunicou que sua proposta já estava contemplada.

Também mantido sem maiores discussões o veto ao projeto nº 212/07, do deputado Darci de Matos (DEM), que obrigava as escolas da rede estadual a oferecer computadores para deficientes visuais. Apesar do apoio da bancada progressista, nem o autor manifestou-se contrário ao veto.

A deputada Odete de Jesus teve dois projetos vetados pelo Executivo e viu seus pares confirmarem a manutenção: o PL 485/07, que vislumbrava incentivos à energia alternativa, e o PL 377/07, que

impõe o diagnóstico precoce de fenilcetonúria e hipertireoidismo. O deputado e médico Jailson Lima (PT), em nome da bancada do PT, apoiou a matéria.

A bancada petista teve três projetos vetados. O de nº 76/07, do deputado Jailson, que abordava o assédio moral na administração pública, não teve discussão. O de nº 60/07, do deputado Pedro Baldissera, que propõe a criação do Conselho Estadual de Juventude provocou debate. O autor destacou que em Santa Catarina não há instância que permita o debate da juventude e suas políticas públicas e lembrou que o governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB), em sua primeira campanha ao governo, na cartilha sobre questões da juventude, se comprometia em criar conselho desta natureza. Apesar do apoio do deputado Kennedy e da deputada Odete, o veto foi mantido. Para justificar, o líder do governo, deputado Herneus de Nadal (PMDB), comunicou que criação era prerrogativa do Executivo, portanto a matéria se mostrava inconstitucional.

Inconstitucionalidade também foi o motivo da negativa ao PL nº 22/07, da deputada Ana Paula Lima (PT). Herneus de Nadal fez defesa

semelhante. "Apesar de meritória, a iniciativa é inconstitucional, por ser também do Executivo a prerrogativa de implantação de comissão neste sentido." Os deputados Jaime Pasqualini (PP) e Décio Góes (PT), e as deputadas Odete e Ana Paula, mostraram-se contrariados com a manutenção do veto. O resultado foi apertado: 17 votos a 15.

Ainda foi mantido veto o PL 150/07, do deputado José Natal (PSDB), que propunha boletos de contas de água, energia e telefonia em braille. Natal questionou a equipe que avaliou o PL e classificou de "equivocado jurídico" o veto. O tucano recebeu apoio de Pedro Uczai, Sargento Soares (PDT) e da deputada Odete. Os progressistas Kennedy Nunes e Silvio Dreveck também manifestaram simpatia, mas criticaram o autor, que produziu ofício encaminhado às empresas em questão tachando de "má intenção" o parecer do relator na Comissão de Constituição e Justiça, deputado Jores Ponticelli (PP), que identificou a inconstitucionalidade.

Por último também mantido veto parcial ao projeto de origem do Executivo que alterava o Plano Plurianual 2004/2007 e autorizava a abertura de crédito de mais de R\$ 50 milhões para Casan.

Governo estadual anuncia apoio à implantação da Ferroeste

A Frente Parlamentar em Defesa da Integração Ferroviária recebeu, no dia 12, o apoio do governador Luiz Henrique da Silveira para a implementação da Estrada de Ferro Paraná Oeste S.A. (Ferroeste), na região Oeste. Vinte e cinco parlamentares de Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul participaram da audiência que também contou com a presença de secretários de Estado, representantes do governo federal, empresários e do presidente da Ferroeste, Samuel Gomes.

Foi o maior encontro já realizado pela Frente Parlamentar desde sua criação, em fevereiro deste ano. Com o apoio já obtido dos governadores do Paraná, Roberto Requião, e do Mato Grosso do Sul, André Puccinelli, o grupo de deputados e senadores encerra sua primeira etapa de trabalho que previa a unificação dos governos dos três estados em prol da integração ferroviária. Segundo o governador de Santa Catarina, a implantação da Ferroeste é um importante complemento ferroviário a ser integrado às ferrovias Leste-Oeste e Litorânea, para atender às demandas do setor produtivo do estado e estimular o crescimento econômico.

Depois de duas horas de encontro, os parlamentares divulgaram a "Carta de Florianópolis", que manifesta publicamente o apoio do grupo à integração ferroviária. Além disso, a Frente Parlamentar



Governador Luiz Henrique participa da reunião da Frente Parlamentar

anunciou que nas próximas semanas realiza audiências com o Ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, com a Ministra Chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, e com a direção do BNDES para articular a inclusão recursos no Plano Plurianual (PPA) 2008/2011 e também no Plano de Aceleração do Crescimento (PAC).

Em Plenário

Coordenador da Frente Parlamentar, o deputado Pedro Uczai (PT) disse em Plenário que o encontro do dia 12 é histórico, porque sela o compromisso político dos governadores e demonstra a unificação de parlamentares de diferentes matizes políticas, além

de entidades empresariais, em torno da integração ferroviária. "Há 20 anos estou nessa luta. Hoje temos o melhor ambiente político, a economia do país está fortalecida e contamos com um plano estratégico – PAC – que estimula e prioriza as grandes obras de infra-estrutura", argumentou.

Para o deputado Dirceu Dresch (PT), o governo federal possibilitou uma mudança de perspectiva, permitindo que o transporte ferroviário "ressuscitasse" no Brasil. Dresch esteve na audiência acompanhado também dos deputados Décio Góes (PT), Sargento Soares (PDT), Altair Silva (PP) e dos peemedebistas Moacir Sopelsa, Romildo Titon e Antônio Aguiar.

Parlamentares da oposição não apresentam emendas ao Iprev

Alguns parlamentares opositoristas se manifestaram contrários ao conteúdo do Projeto de Lei Complementar (PLC) nº 50/07, que cria o Regime Próprio de Previdência dos Servidores Estaduais (Iprev), durante a sessão plenária do dia 15. Eles afirmaram que não apresentarão nenhuma emenda à matéria.

Conforme o deputado Padre Pedro Baldissera (PT), mesmo estando em fase de emendas, a bancada petista continuará insistindo pela retirada do projeto do Iprev. "Vamos brigar até o final. Ele é totalmente inconstitucional e não pode prosperar." O parlamentar observou a importância da participação dos servidores estaduais em todo o processo de elaboração e na análise do projeto,

já que eles são os reais interessados. "Mas, lamentavelmente, isso não aconteceu."

Reforçando as palavras do seu colega de partido sobre a matéria, o líder do PT, deputado Pedro Uczai, ressaltou que a posição da bancada é pública e aberta. "Não apresentamos emendas por uma decisão de todos, mas não estamos fugindo da nossa responsabilidade", afirmou. Após aprovação, no dia 14, de uma indicação encaminhada ao governo do Estado para que envie à Assembléia Legislativa uma proposta que transforme o Iprev em unidade gestora de todo o recurso público, Uczai frisou que "o Iprev não propõe uma unidade gestora única, e sim um modelo para que todos os poderes tenham, cada

um, o seu próprio fundo. "Não é possível prosperar um projeto dessa natureza que propõe a criação de dois fundos."

Considerando que a matéria, na forma como foi apresentada, "segue a lógica da privatização e retira direitos dos servidores públicos", o deputado Sargento Soares (PDT) também não apresentou emenda e continua com a sua posição apresentada em todas as nove audiências públicas realizadas sobre o Iprev, que é pela retirada do projeto.

Da mesma forma, a deputada Odete de Jesus (PRB) não apresentou emenda e ressaltou que o Iprev não atende os anseios do funcionalismo. "Eles não querem e nós temos que votar junto com o povo", enfatizou.

[GABINETES]

PRÊMIO EDUCAR

Os deputados aprovaram, por unanimidade, uma indicação da bancada petista solicitando que os professores aposentados sejam incluídos como beneficiários do Prêmio Educar, Medida Provisória do Governo do Estado que garante abono salarial apenas a professores em sala de aula.

"É uma decisão contra o preconceito e a exclusão desse abono, que além de contrariar o estatuto do magistério, ainda deixou de fora os aposentados da educação", afirmou o deputado Padre Pedro Baldissera. A indicação pede o envio de projeto à Assembléia Legislativa prevendo o benefício também para professores aposentados. O deputado afirma que a medida busca minimizar os problemas do Prêmio Educar que, segundo ele, "não representa um avanço na política salarial do magistério, pois abono é paliativo não uma política salarial". (Cássio Turra, assessor do deputado Padre Pedro Baldissera)

CERÂMICA VERMELHA

O deputado Valmir Comin (PP), anunciou que mediante acordo com a Comissão de Economia, Ciência, Tecnologia e Minas e Energia (que é presidida pelo líder do PP, deputado Silvio Dreveck), serão realizadas três audiências públicas – no Norte, no Sul e no Alto Vale – para debater a grave situação das olarias de cerâmica vermelha em Santa Catarina, na sua maioria sob risco de fechamento. Os locais escolhidos para as audiências referem-se aos pólos de produção da cerâmica vermelha, explicou Comin, que relatou as enormes dificuldades por que passam essas empresas, a maioria, familiares.

Conforme o deputado, as olarias catarinenses não têm condições de suportar a competição com as olarias automatizadas e estão fechando as portas. "É preciso uma ação urgente do poder público que forneça mecanismos como incentivos e recursos através de bancos de fomento, facilitando linhas de crédito para que as olarias possam se equipar e preparar adequadamente seus funcionários", concluiu. (Jandyr Côrte Real, assessor da bancada do PP)

PAGAMENTO DA LEI 254

Exatamente um ano depois dos servidores da segurança pública realizarem uma manifestação no Centro Administrativo, pedindo a integralização da Lei Complementar 254/2003, o deputado Sargento Amauri Soares fez um discurso contundente cobrando do governo do Estado a abertura imediata de negociação com os praças da Polícia e Bombeiro Militar. "Continuamos esperando uma palavra do governador", afirmou.

De acordo com Soares, os servidores da segurança estão há dois anos e sete meses sem receber qualquer incremento salarial. O último reajuste advindo da Lei 254 foi em 10 de outubro de 2005. O deputado avisou que a paciência dos praças já superou o "limite do insuportável" e que novas manifestações não estão descartadas. (Alexandre Brandão, assessor do deputado Sargento Soares)

TRAJETÓRIA DOS DEPUTADOS

O deputado Jaime Pasqualini (PP) está propondo que a Assembléia dê condições para que o Dicionário Político Catarinense – de autoria do historiador Valter Piazza – possa ser atualizado e inclua os nomes dos deputados mais recentes. A obra traz a relação de deputados até o ano de 1990, restando um hiato desde então, até os dias de hoje. A preocupação, segundo ele, é a de que se resgate a história do Parlamento catarinense, que se dê conhecimento à sociedade de todos quantos passaram pelo Parlamento e, ao mesmo tempo, para que se valorize a atuação e trajetória dos mesmos. (Assessoria do Gabinete)

